



Entrevista

A entrevista desta edição da Revista Eletrônica EJE é com o Dr. José Jairo Gomes, *procurador regional da República junto ao TRF da 1ª região e professor adjunto da Faculdade de Direito da UFMG. Ele fala do papel do Ministério Público no processo eleitoral, do crescimento do interesse pelo Direito Eleitoral, do mercado de trabalho voltado à área eleitoral e destaca, ainda, temas que possivelmente estarão na pauta das eleições de 2012.*

Reportagem

O tema "TSE se prepara para as Eleições 2012 e implanta novidades" é desenvolvido na reportagem da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TSE.

Artigos

Os artigos desta edição esclarecem sobre os temas: reforma política ou eleitoral; atribuições dos prefeitos e vereadores; eleições municipais e os requisitos para preenchimento dos cargos municipais; 24 anos da Constituição Federal de 1988; e eleições no mundo em 2012. Confira.



TRIBUNAL
SUPERIOR
ELEITORAL

TSE se prepara para as Eleições 2012 e implanta novidades

Faltam seis meses para que os eleitores de 5,5 mil municípios brasileiros voltem às urnas para eleger novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todo o país.

Desde o final das últimas eleições, em 2010, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se prepara para organizar as Eleições 2012 com o objetivo de garantir tranquilidade e eficiência no dia da votação.

Nesse sentido, a Corte fez novos investimentos na área de tecnologia para aperfeiçoar ainda mais o sistema eletrônico de votação. A expectativa é de que 6,7 milhões de eleitores votem em seções eleitorais com identificação biométrica.

Já em relação aos processos de candidatos, a Secretaria Judiciária do TSE espera um aumento considerável, uma vez que será a primeira eleição em que a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) será aplicada.

Por isso, já no mês de abril, a secretaria adotará medidas para atender à demanda, que deverá ser crescente até o período das eleições. Dessa forma, haverá uma estrutura unificada para o atendimento ao público e aos advogados, o que une a Coordenadoria de Processamento com a Coordenadoria de Autuação e Distribuição de Processos (CPRO e CPADI) do TSE.

Além disso, haverá novidades nas regras de transmissão da propaganda e de quitação eleitoral.

Leia, a seguir, informações detalhadas sobre as novidades adotadas pela Justiça Eleitoral para as Eleições 2012.

Aperfeiçoamento e investimentos na área de Tecnologia

Leticia Capobianco

Com o intuito de garantir o sucesso e a segurança das Eleições 2012, o TSE promoveu, nos dias 20, 21 e 22 de março, em sua sede, na capital federal, a 2ª Edição dos Testes Públicos de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação. Durante três dias, 24 investigadores – entre estudantes, acadêmicos e especialistas nas áreas de Computação e Segurança da Informação – executaram ataques à urna eletrônica e seus componentes internos e externos, buscando oferecer contribuições para o aperfeiçoamento do *software* e/ou do *hardware* do sistema.

Segundo o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino, os testes são feitos estrategicamente antes da eleição, uma vez que são uma espécie de prova final para comprovar que os requisitos de segurança que estão instalados na urna eletrônica são seguros o suficiente para funcionarem na eleição. Na opinião de Janino, “o resultado dos testes é sempre positivo para o Tribunal”.

O secretário lembra que a Corte realizou os primeiros testes em novembro de 2009, atendendo a uma demanda de representantes dos partidos políticos que há muito solicitavam

uma forma de verificar os dispositivos de segurança da urna eletrônica. “Então, em 2009, resolvemos abrir o sistema eleitoral brasileiro para que especialistas colocassem em prova todos esses dispositivos. Foi um evento inédito no mundo. Aprendemos muito com os investigadores, pois houve contribuições importantes que serviram para que implementássemos melhorias no sistema eletrônico de votação brasileiro”, recorda.

A edição de 2012 foi ainda mais produtiva para os investigadores e para o Tribunal: imediatamente após a execução dos planos de ataque e das sugestões apresentadas pelos participantes, o TSE implementou uma melhoria no que se refere ao Registro Digital do Voto (RDV). O RDV é um arquivo criado a partir de procedimentos matemáticos (algoritmos) e onde ficam armazenados, de forma embaralhada e aleatória, os votos do eleitor. Conforme Giuseppe, essa espécie de tabela foi criada para permitir a auditoria da votação e, inclusive, a recontagem dos votos por parte dos partidos políticos e demais interessados.

“Nós aprendemos muito com os grupos e já aumentamos a complexidade do algoritmo do RDV. Essa contribuição surtiu efeitos imediatos, e nós teremos, certamente, para as Eleições 2012, um algoritmo mais fortalecido”, afirma Janino, ressaltando que, para ele, a edição deste ano dos testes foi “muito mais que um desafio”.

“Os testes são uma metodologia que visa à melhoria contínua do processo eleitoral brasileiro. Aumentamos a confiança do brasileiro na urna eletrônica na medida em que abrimos o nosso sistema”, completa.

O evento deste ano teve o apoio do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), do Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (INPE) e da Universidade de Brasília (UnB).

Os testes

Previstos no Edital nº 01/2012, os testes de segurança consideraram os seguintes elementos e componentes da urna: processo de carga; *hardware*; lacre físico; dispositivos de logística que protegem a urna; mídias eletrônicas; conteúdo das mídias de dados; e *software* de votação utilizado na seção eleitoral.

Divididos em nove grupos, os 24 participantes apresentaram, ao todo, 20 planos de testes, tendo a maioria deles o foco na quebra do sigilo da votação, tentando relacionar o voto ao respectivo eleitor, e em eventual fraude no resultado de votação, isto é, tentando alterar as escolhas dos eleitores registradas pela urna.

Participaram desta segunda edição profissionais independentes, acadêmicos e pesquisadores ligados a universidades, órgãos públicos e instituições técnico-científicas, quais sejam, Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Taubaté (Unitau), Universidade do Ceará (UECE), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Polícia Federal, Marinha do Brasil, Instituto Sapiientia e Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi).

A comissão avaliadora dos testes foi composta pelo professor titular do Departamento de Ciência da Comunicação da UnB, Mamede Lima-Marques; pelo pesquisador titular do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI/MCT), Antonio Montes Filho; pelo pesquisador titular do Instituto de Estudos Avançados do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, Osvaldo Catsumi Imamura; pelo diretor da faculdade de computação da UFU, Jamil Salem Barbar; e pelo secretário

da Corregedoria-Geral Eleitoral, Sergio Dias Cardoso.

Compuseram a comissão disciplinadora, responsável por toda a organização do evento, o chefe da Seção de Serviços, Provisão e Equipamentos do TSE, Celio Castro Wermelinger; o coordenador de Tecnologia da Informação e Execução Orçamentária e Financeira do INPE, Antônio Ézio Marcondes Salgado; o coordenador de Sistemas Eleitorais do TSE, José Melo Cruz; o analista judiciário da Corte, Luís Augusto Consularo; o coordenador de Logística da STI do TSE, Rafael Fernandes de Barros Costa Azevedo; o integrante da Assessoria da Diretoria-Geral do TSE, Dackson Soares; e o professor do Departamento de Ciência da Computação da UnB, Wilson Henrique Veneziano.

Equipes vencedoras

Os resultados e as conclusões dos testes foram apresentados em audiência pública, na sede do TSE, no dia 29 de março. Na ocasião, o Tribunal entregou certificados aos grupos de investigadores que apresentaram as três melhores contribuições para os testes.

Em primeiro lugar, ficou o Grupo 1, formado pelos servidores da Universidade de Brasília (UnB) Diego de Freitas Aranha, Marcelo Monte Karam, André de Miranda e Felipe Brant Scarel. O grupo conseguiu refazer o sequenciamento dos votos apresentados pelo Registro Digital do Voto (RDV) sem, contudo, quebrar o sigilo do voto, pois não conseguiu relacionar o nome dos eleitores com os votos digitados na urna.

A equipe da UnB fez o teste com base em uma votação simulada, realizada em ambiente de testes. A partir desta contribuição, o TSE já implementou uma melhoria no que se refere às barreiras de segurança que garantem o sigilo

do voto, aumentando a complexidade dos procedimentos matemáticos do *software* do RDV.

O segundo e o terceiro colocado não obtiveram sucesso nos testes propostos, mas apontaram contribuições de aprimoramento do sistema eletrônico de votação. Em segundo lugar, ficou o Grupo 6, formado por Marcelo Rodrigues de Souza, Kil Jin Brandini Park e Otávio Augusto Araújo Silva, da Universidade Federal de Uberlândia, que tentaram inicializar a urna com um sistema operacional diferente do desenvolvido pela Justiça Eleitoral e recuperar dados da memória da urna eletrônica por meio do uso de *spray* congelante.

O terceiro colocado foi o Grupo 3, do Instituto Sapia, representado por Marcelo Achar, Facundo Larrosa e Pedro Ivo Pereira Gomes. O desafio deste grupo era clonar um cartão de memória com os dados de votação da urna eletrônica.

O secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino, disse que o resultado dos testes foi e sempre será muito positivo, havendo ou não quebra dos dispositivos de segurança. “Saímos vencedores deste evento, pelas contribuições que obtivemos”, disse.

Aquisição de novas urnas eletrônicas

Depois de realizar licitação, o TSE está em processo de aquisição de mais 35 mil urnas eletrônicas modelo UE 2011 (com leitor biométrico) para as Eleições 2012. Ao todo, o Tribunal contará com cerca de 500 mil urnas (modelos 2006, 2008, 2009, 2010 e 2011) para o pleito de outubro. Com vida útil de 10 anos, esses equipamentos ainda estão em plenas condições de uso, e as urnas novas poderão ser utilizadas até as eleições de 2022.

Votação simultânea

Buscando oferecer mais facilidade aos eleitores do país, o TSE está desenvolvendo um *software* que será adaptado à urna eletrônica e por meio do qual será possível ao eleitor votar simultaneamente em uma eleição municipal e em uma consulta popular, isto é, em um plebiscito ou referendo.

Segundo o coordenador de Sistemas Eleitorais da Corte, José Melo Cruz, a intenção do Tribunal é já utilizar o novo programa nas eleições municipais de outubro. “O novo *software* trará uma série de benefícios, tanto no que se refere à questão logística quanto para os mesários e os eleitores. O principal benefício será a celeridade”, explica.

O coordenador lembra que, em 2010, os eleitores acreanos foram às urnas para escolher representantes do governo e do Poder Legislativo, mas também tiveram de comparecer à seção eleitoral para definir o fuso horário do estado. Para viabilizar as duas votações, a Justiça Eleitoral teve de disponibilizar duas urnas diferentes para cada processo. “Tivemos que usar duas urnas diferentes, uma para cada votação. Isso trouxe muita dificuldade. Se fosse em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, que têm milhões de eleitores, isso seria inviável”, ressalta José Melo.

Identificação biométrica nas Eleições 2012

Cerca de 6,7 milhões de eleitores de 287 municípios localizados em 24 estados brasileiros estarão habilitados a votar nas Eleições 2012 após serem identificados por meio das impressões digitais. Os dados, de 21 de março deste ano, foram fornecidos pela Coordenação do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor, desenvolvido pela Justiça

Eleitoral desde 2008 e que tem como atividade principal o cadastramento biométrico do eleitorado do país.

De 2008 para cá, o TSE e os Tribunais Regionais Eleitorais convocaram pouco mais de 8 milhões de eleitores para fazer o cadastramento eleitoral com a coleta das impressões digitais. No entanto, a meta da Justiça Eleitoral é cadastrar, efetivamente, 76% desse eleitorado, o que equivale a 6.785.712 eleitores. Até o momento, já passaram pela revisão biométrica 5.199.021 eleitores, sendo que a maioria das localidades envolvidas com o cadastramento já finalizou a revisão.

Nas Eleições 2010, 1.136.140 eleitores de 60 municípios de 23 estados votaram na urna com leitor biométrico. Em 2011 e 2012, o TSE iniciou a segunda etapa da revisão eleitoral com cadastramento das digitais, contemplando mais 228 municípios.

Meta

No início de 2011, o TSE trabalhava com a meta de cadastrar 10 milhões de eleitores brasileiros já para as Eleições 2012. No entanto, tal meta, que fazia parte do planejamento orçamentário para a biometria, não poderá ser atingida este ano em virtude do atraso na licitação para aquisição de 2.550 novos *kits* biométricos.

A aquisição foi feita por meio do Contrato nº 131/2011, assinado no dia 28 de dezembro de 2011 entre o Tribunal e a empresa Akiyama Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda., vencedora de licitação iniciada em 2010 e concluída no final do último ano.

O edital para licitação foi publicado em 2010, mas, devido a impugnações de

empresas concorrentes, o processo licitatório foi interrompido por diversas vezes, apesar de os requisitos apontados pelo TSE no referido edital terem sido analisados e aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O TSE adotou medidas para agilizar a conclusão do procedimento ainda em 2010, porém as interrupções causadas por tais impugnações levaram a Corte a devolver ao Ministério do Planejamento R\$ 30 milhões do orçamento disponível para aquele ano.

Depois de analisar todos os questionamentos e respondê-los com base em pareceres do Instituto Nacional de Identificação, o TSE deu continuidade, em 2011, à licitação com a republicação do edital. A licitação foi realizada na modalidade de ata de registro de preços.

O uso de ferramentas biométricas proporciona aos sistemas de segurança total confiabilidade. O objetivo da Justiça Eleitoral é recadastrar todo o eleitorado brasileiro até 2018 para que toda a eleição possa ser realizada com identificação biométrica.

Secretaria Judiciária espera aumento do número de processos

Eduardo Trece

A Secretaria Judiciária do TSE já tem um planejamento em curso relativo às Eleições 2012 e se prepara para fazer frente a um eventual aumento no número de processos com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) a partir de julho. Elaborado desde junho do ano passado, o planejamento da Secretaria Judiciária para o pleito deste ano começou a ser implantado em março. O planejamento contou com o apoio da Escola Corporativa de Projetos (ECP) do Tribunal.

Entre as medidas a serem adotadas, o secretário judiciário Fernando Alencastro revela

que a secretaria terá, no começo de abril, uma única estrutura para o atendimento ao público e advogados, unificando a coordenadoria de processamento com a de autuação e distribuição de processos (CPRO e CPADI) do órgão. Segundo Alencastro, a unificação das coordenadorias em uma única estrutura de atendimento trará ganho de uma hora e meia na tramitação dos processos na secretaria, o que refletirá também nas ações relativas à Lei da Ficha Limpa.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Lei da Ficha Limpa só poderia ser aplicada a partir das Eleições 2012, não sendo válida para 2010 por ser o mesmo ano em que a lei foi aprovada pelo Congresso Nacional. A decisão do STF confirmou o entendimento anterior do TSE, que havia se posicionado no mesmo sentido.

De acordo com o secretário Fernando Alencastro, a unificação das coordenadorias em uma Central de Atendimento da Secretaria Judiciária “dará maior agilidade ao fluxo processual no órgão e permitirá que os advogados resolvam todas as suas demandas em um mesmo local, como entrada de petições e cargas de processos em geral”.

“Em seu planejamento para a eleição de 2012, a Secretaria Judiciária fez um levantamento de todas as suas necessidades de informática, materiais e humanas para atender ao aumento do número de processos, que tradicionalmente é maior nas eleições municipais do que nas eleições gerais”, destaca Fernando Alencastro.

Além disso, o secretário judiciário informa que, em julho e agosto e possivelmente até a diplomação dos eleitos, serão realizados mutirões na secretaria, inclusive com a convocação de servidores de outras áreas

do Tribunal, para dinamizar a tramitação dos processos.

“São esses os meses em que esperamos maior demanda”, completa Alencastro, lembrando que são normais os mutirões da Secretaria Judiciária em anos eleitorais.

Eleições 2012 terão novidades nas regras de transmissão da propaganda e quitação eleitoral

Izabel Freitas

O Tribunal Superior Eleitoral aprovou, até dezembro de 2011, a maioria das resoluções que vai regulamentar as eleições municipais de 2012. As principais novidades, porém, foram incluídas em duas outras resoluções, aprovadas pelo plenário neste ano, referentes à prestação de contas dos candidatos e à transmissão da propaganda eleitoral gratuita em municípios que não dispõem de emissoras de televisão.

A principal novidade na resolução que trata da prestação de contas nas Eleições 2012 é referente à exigência de aprovação das contas eleitorais para a obtenção da certidão de quitação eleitoral e, em consequência, do próprio registro de candidatura. Além de apresentar a prestação de contas da campanha anterior, como aconteceu nas Eleições 2010, o candidato deverá ter essas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Essa resolução define ainda as regras para a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros, bem como para prestação de contas da utilização desses valores.

Propaganda

Outra novidade nas eleições deste ano, estabelecida por outra resolução, dispõe que,

nos municípios onde não existir emissora de televisão, a Justiça Eleitoral garantirá a veiculação de propaganda eleitoral gratuita nas localidades onde possa haver segundo turno e seja operacionalmente viável realizar a transmissão.

Para isso, deverão ser considerados os municípios com mais de 20 mil eleitores – 1.144 municípios em todo o país – que sejam atingidos por sinal de televisão gerado ou retransmitido em outro município do mesmo estado. Os sinais de transmissão ou retransmissão que atinjam outros municípios não serão bloqueados.

Caberá aos Tribunais Regionais Eleitorais a apuração e definição dos municípios contemplados com a veiculação da propaganda eleitoral. Se o número de municípios for superior ao número de emissoras geradoras disponíveis, serão excluídos os que tiverem o menor número de eleitores.

Outras resoluções

Até dezembro do ano passado, foram aprovadas pelos ministros do TSE doze resoluções referentes às Eleições 2012, quando serão eleitos prefeitos e vereadores em todo o país. Entre as normas, está a de que só pode se candidatar quem estiver filiado a partido político há pelo menos um ano antes do pleito.

As resoluções regulamentam também a realização das convenções para a escolha dos candidatos e formação de coligações. Só podem concorrer a prefeito e a vereador os candidatos escolhidos em convenção. A questão do registro de candidatura também foi abordada em resolução, além de questões como impugnação de candidaturas, justificativa de ausência de eleitor e diplomação dos vencedores.

Mesários receberão treinamento ainda no primeiro semestre

Ana Paula Mendonça

O trabalho realizado pelos mesários nas seções de votação contribui significativamente para o sucesso de uma eleição. Por isso a Justiça Eleitoral dedica atenção especial à capacitação desses atores do processo democrático. Em 2010, mais de dois milhões de cidadãos trabalharam como mesários.

Para as Eleições 2012, as atividades direcionadas ao treinamento dos mesários tiveram início no segundo semestre de 2011. Servidores da Justiça Eleitoral receberam treinamento a distância sobre os módulos gerais, sem informações sobre a identificação biométrica do eleitor. Isso porque os módulos relacionados à biometria serão presenciais.

“Queremos valorizar a parte prática da identificação biométrica, como, por exemplo, o posicionamento dos dedos do eleitor”, enfatizou Ana Cláudia Braga Mendonça, secretária de Gestão de Pessoas do TSE.

O treinamento sobre a biometria ocorrerá ainda no primeiro semestre deste ano, mas a data somente será definida após a finalização dos conteúdos.

Esses servidores da Justiça Eleitoral atuarão como multiplicadores em treinamento presencial a ser organizado pelos Tribunais Regionais Eleitorais a partir de agosto.

Grande parte dos TREs convoca apenas os presidentes e primeiros mesários para o treinamento. Pensando nisso, a SGP/TSE realizará um projeto piloto que visa treinar, pela internet, os mesários não convocados.

Os conteúdos utilizados nos treinamentos são produzidos pelo TSE e serão

disponibilizados para *download* em abril. Os TREs ficam responsáveis pela impressão e distribuição do material aos mesários.

Para as Eleições 2012, a Fundação Paiva Neto Dom Cabral produzirá, no mês de abril, em São Paulo, dois vídeos para o treinamento. Um deles, com informações gerais, será uma simulação do dia de votação. Já o vídeo com informações sobre a biometria será bastante técnico, com orientações exatas de como proceder à identificação do eleitor.

Neste ano, a Justiça Eleitoral terá uma novidade: será disponibilizado na Internet o Canal do Mesário, com conteúdos utilizados nos treinamentos, informações sobre o dia da eleição, calendários, legislação eleitoral e contatos.

Preparação das campanhas institucionais

Suelen Pires

A Justiça Eleitoral, em anos eleitorais, realiza campanhas de esclarecimento e conscientização do eleitor.

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TSE é responsável pelo planejamento, controle, produção, revisão, distribuição e execução da campanha.

O objetivo maior é motivar os eleitores a participar das eleições. Para isso, é importante que as peças publicitárias destaquem a importância do voto para a democracia, informem os eleitores sobre a documentação necessária os procedimentos no dia da votação e o papel dos eleitos, divulguem as inovações desenvolvidas pela Justiça Eleitoral e incentivem a participação na vida política do país.

O artigo 93 da Lei das Eleições concede ao TSE o direito de requisitar às emissoras de rádio e televisão até dez minutos diários, contínuos ou não, para a divulgação de seus comunicados, boletins e instruções ao eleitorado, no período compreendido entre 31 de julho e o dia do pleito.

Estratégia de comunicação

Toda a estratégia de Comunicação é orientada pelos resultados de pesquisas de opinião, inclusive a concepção do conceito da campanha pela agência de publicidade, contratada após processo licitatório. É a partir desse conceito que são elaboradas as peças publicitárias: cartazes, vídeos, *spots* e *jingles* para rádio, *hotsite*, pronunciamentos oficiais do presidente do TSE, etc.

Além da pesquisa qualitativa que será realizada ainda no primeiro semestre de 2012 para buscar dados para a preparação da campanha, uma outra pesquisa servirá como base deste projeto. Em novembro de 2010, foi realizada pesquisa quantitativa de avaliação da campanha das eleições gerais daquele ano. O resultado demonstrou que a Justiça Eleitoral tem uma excelente imagem perante os brasileiros.

Por meio dessa pesquisa, constatou-se que a internet é o terceiro meio de informação sobre política e eleições, perdendo apenas para TV e “conversa com amigos”. Esse resultado demonstrou a necessidade de fortalecer esse canal de comunicação com o cidadão eleitor na campanha Eleições 2012.

Campanha TV e rádio

A previsão é de que a campanha na televisão e no rádio seja dividida em quatro fases. A primeira apresentará ao eleitor o conceito da campanha. As seguintes serão de cunho didático e informativo. A quarta fase acontecerá no caso de segundo turno.

Hotsite e call center

O projeto prevê também a criação do *hotsite* da campanha, mais atrativo e acessível, que hospedará todo o material publicitário veiculado na TV e no rádio, dentre outras informações.

Para atender as dúvidas das emissoras de rádio e televisão quanto à veiculação dos filmes e *spots* da campanha, consta ainda no projeto deste ano a contratação do serviço de *call center*.